

## Cidades, Saúde e Agroecologia em Territórios Afro-Indígenas: desafios para o século XXI

Regina Suama Ngola Marques <sup>1\*</sup> , Lourdes Bezerra de Fátima Carril <sup>2</sup> , Flávia da  
Silva Barbosa <sup>1</sup>  (Organizadoras do Doissê)

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Brasil, <sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos – Brasil

\*Autor de correspondência: [marquesregina@uol.com.br](mailto:marquesregina@uol.com.br)

**SUBMETIDO:** 20 de dezembro de 2023 | **ACEITO:** 20 de dezembro de 2023 | **PUBLICADO:** 21 de dezembro de 2023  
© ODEERE 2023. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

O século vinte foi marcado por inúmeros acontecimentos. Historicamente, podemos organizar diferentes paradigmas que se organizaram no contexto daquele período.

Em termos étnicos e raciais, o século XX inaugura-se com as discussões no I Congresso Internacional sobre Raças realizado em Londres com a representação do Brasil mediante as ideias de João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional. Ele apresentou para a comunidade científica o quadro a "Redenção de Cam", o qual foi interpretado como o futuro do Brasil de nação negra e indígena em 50 anos, transformando em um país livre de negros por consequência de uma política de embranquecimento, que se inaugurou após a abolição da escravatura, em 1888.

Tal pensamento adentrou nas formas políticas de consideração sobre o contingente brasileiro por meio do incentivo governamental da imigração de pessoas brancas do continente europeu para o país (Munanga, 2000). Esta população europeia recebeu cotas de terras, salário remunerado, animais para o favorecimento da vida no território das fazendas agrícolas, num contexto do Brasil que politicamente se pretendia branco e desejava anular a herança escravista da presença do africano e do indígena, povo originário nas terras brasileiras (Oliveira, 2019).

Essa noção nos é trazida por diferentes estudiosos sobre raça, racismo, mas prioritariamente pelos ensinamentos escritos e oralizados em palestras, conferências por Kabengele Munanga (2000) e tantos outros antropólogos brasileiros preocupados e engajados na luta antirracista no campo social como um todo.

Recentemente, Janaína Damaceno Gomes (2023) nos trouxe em um curso de saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para alunos de psicologia, a mesma reflexão sobre as intenções de extinguir a presença do negro do contexto político e social do Brasil.

Em que pese esse passado inaugural do século anterior, hoje, nesta perspectiva sobre Cidades e Territórios Afro-Indígenas, continuamos a questionar a presença dos corpos diversos na realidade brasileira. Em perspectiva de reconhecimento, em lutas por reconhecimento, a população negra e indígena nos traz ensinamentos (Carril, 2022).

Na saúde, na agricultura, na educação, nas formas de gerenciamento da vida, o Brasil galgou patamares elevados de transformação social.

Nada foi fácil ou sem lutas. Mas, o fato é que grandes conquistas foram empreendidas. E falar do novo século, na contemporaneidade do século XXI, é compreender a emergência do debate que se reaviva nestes tempos sobre raça, racismo, etnicidades e políticas nos territórios afro-indígenas, sobretudo, no contexto das cidades brasileiras.

Nesta observação de novos e velhos enredos que nos acompanham no tempo, os textos aqui apresentados circundam sobre estas assertividades. Questões políticas, de lutas, de problematizações que vêm se organizando em análise densa por diferentes profissionais da educação, da saúde, do campo sócio-político e agroecológico.

A ancestralidade inscrita no território afro-indígena brasileiro se produz e se presentifica na política e nas lutas que são travadas bio e geopoliticamente enquanto pedagogia antirracista (Carril, 2022).

As dificuldades e paradoxos das conquistas empreendidas antes mesmo da lei 10.639/03, conforme o texto apresentado por Professora Lourdes Carril da UFSCAR, revelam quão desafiadoras são as circunstâncias do hoje no chão da vida da escola e podemos estender à universidade brasileira, pois a negação do racismo persiste. Na mesma medida em que os dispositivos do poder se sofisticam e emergem para uma política de normatização dos corpos e do pensamento que tenta encarcerar as possibilidades de fortalecer a luta antirracista.

E, por mais que assim seja, os desafios de uma pedagogia antirracista convergem para a dimensão da rebeldia da resistência ativa quilombola. Esta

produz ativismos inerentes ao percurso do desenvolvimento que os povos da diáspora negra e a população da terra empreendem. Quilombolas e indígenas protagonizam nas cidades os processos de produção e transformação da vida, trazendo esperanças para este quadro analítico, conforme se inscreve o pensamento de Professora Andreia Rosalina Silva.

Nesta conversa que o dossiê emana a partir dos textos dos pesquisadores convidados envolvidos na temática, há pensamentos múltiplos, diversos, que questionam e se distanciam da lógica hegemônica perversa do colonialismo escravista, opressor e violento contra a autonomia da geopolítica do pensamento sul global.

É preciso observar que nesta conversa estabelecida com diferentes pesquisadores de campos distintos aqui representados, há uma novidade que tenta organizar conceitos que possibilitem não sucumbir ao que subjaz politicamente à força mortífera da negação dos corpos negros, indígenas, afro diaspóricos e toda gama de diversidade que se contrapõe aos modelos hegemônicos impostos pelo colonialismo que ainda em pleno século XXI é imperativo.

Se no século passado a questão étnica e racial era tema prioritário no mundo científico acadêmico, no início e segunda década do século XXI este interesse é ainda atualíssimo e complexo.

Pesquisadores do campo da engenharia agrícola – agronomia – podem nos fazer refletir que “hábitos alimentares ancestrais indicam que a diversificação alimentar, incluindo vegetais e proteínas, isentos de agroquímicos, promovem a saúde mental e física além de viabilizar o equilíbrio no meio ambiente”, como nos apresenta a reflexão da engenheira agrônoma e Professora de Agroecologia na UFRB, Flávia Barbosa.

O saber ancestral resgata a saúde humana, sendo o campo da agroecologia importante meio de intersecção entre o saber dos povos originários, negros, populações do campo e quilombolas com os desenvolvimentos de técnicas científicas no campo acadêmico formalmente organizado.

Este apontamento de pesquisa agroecológica também converge para a discussão sobre as iniquidades que atravessam a vida de comunidades rurais, em um país onde impera o genocídio a partir dos interesses de latifundiários, das

grandes corporações do agronegócio exportador e de seus apoiadores. Os estudos deste aporte são apresentados por Flávio dos Anjos, pesquisador do CNPq e Professor colaborador da UFPEL.

Diante dos dados apresentados dos pesquisadores do dossiê nos perguntamos: haverá saídas para esta dimensão política – necropolítica – das populações afro-diaspóricas, indígenas e quilombolas nos territórios urbanos e rurais das cidades brasileiras?

Este dossiê procura abordar possibilidades de fortalecimento da luta antirracista, a partir da análise política, sociológica, educacional, da saúde física e mental e dos projetos que emblemizam as noções de direitos no século XXI.

Em termos da saúde física e mental, além do texto de Barbosa, temos as considerações da Dra. Berenice Kikuchi e Maria Lúcia Ivo (UFMS). Em dimensões distintas com populações no Brasil e no exterior, no caso Angola, Ivo, Kikuchi e Barbosa observam que as tecnologias produzidas e existentes no campo técnico científico no Brasil são importantes para a redução da dor, da mortalidade e da preservação e cuidados em saúde de populações africanas (no caso de Angola), mas também de populações não brancas – afro-indígenas, população do campo/rural – no caso do Brasil.

As pesquisas e reflexões do dossiê observam que, mesmo em campos completamente diferentes, os avanços brasileiros no campo da luta antirracista convergem para a noção da qualidade da produção alimentar a partir de saberes ancestrais, bem como os benefícios do bem-estar que proporcionou às pessoas com doença falciforme no Brasil, a partir da histórica luta das mulheres periféricas.

As mulheres negras, não brancas e territorialmente segregadas foram capazes de organizar a defesa de políticas públicas de saúde para a defesa dos corpos negros no Estado Brasileiro (Oliveira, 2021); e assim, conforme a pesquisa apresentada no dossiê, a pesquisa inaugural destas mulheres possibilita transferir tecnologia científica em tratamento da doença falciforme em nível internacional, no caso em Angola.

Na mesma direção, a riqueza destas possibilidades tecnológicas que advêm das epistemes negras, afro-indígenas e diaspóricas do território brasileiro é o texto do Professor Sandro Correia (UNEB) e Regina Marques (UFRB).

As digressões sobre os povos de terreiros, o contexto do candomblé, as memórias ancestrais de Áfricas na territorialidade brasileira nos apresentam a topofilia como o estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente que são intrínsecos à civilização negro africana e indígena.

Trata-se de um reduzido enquadre de uma pesquisa pós-doutoral que se inscreve em uma proposição descritiva, geográfica, objetivando uma construção ainda inédita no campo investigativo sobre como os povos de terreiro tem contribuído ao longo dos tempos com formas tecnológicas de organização da vida no cotidiano das cidades brasileiras. Mesmo que a discussão não se expanda e seja restrita ao contexto do Recôncavo da Bahia, a presença da potencialidade revolucionária do terreiro de candomblé – ancestralidade negra - para a vida e preservação do bem-estar do planeta é evidente.

Na mesma medida contra-hegemônica, as considerações sobre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da Organização da Nações Unidas, trazidas em ensaio no dossiê, indicam a manutenção com a tradição clássica hegemônica capitalista e reprodutora de novos colonialismos. A noção de colonialismo se apresenta em muitas medidas que promovem o estreitamento e genocídio psíquico – epistêmico – de populações não brancas, pobres e marginalizadas no planeta Terra. Esta é a impressão que causa o ensaio da Professora Suama Ngola (UFRB) sobre biodiversidades étnicas e ancestralidades: ontologias indígenas e ética para futuros sustentáveis.

As problemáticas sociais, geopolíticas, econômicas, trazidas em todos os textos do dossiê, não deixam de elencar a força da vida, da vitória das populações negras e indígenas que a despeito de todas as violências físicas, psíquicas e epistêmicas – necropolíticas – que as assolam, elas resistem, vivem e transformam as territorialidades do planeta.

A Casa da vida humana – o Planeta Terra – se organiza com a força dos de baixo, que biogeopoliticamente assumem a marcha das mudanças globais. As vozes de populações negras, afro-indígenas no contexto do Brasil ecoam para o mundo. Estas noções e reflexões argutas estão emblematizadas nos textos que compõem o dossiê.

A convergência da política é a reflexão talvez mais presente em todos os textos. Pois, na medida em que a crítica se estabelece, transbordando as mazela

existentes, há também nas vozes dos pesquisadores negros e brancos encampando a luta antirracista, a força das deliberações rebeldes que criam rotas, vias, caminhos de fuga e escapes do cerceamento da vida.

Então, poderemos escapar destas forças hegemônicas de segregação e medo que nos combatem, avassalando nossos sonhos de liberdade? No século XX, a ideia brasileira e mundial era apagar a mácula negra da inferioridade não branca. No século XXI, os protestos emergem de modo elevado e sofisticado em toda geopolítica do globo, Planeta Terra, Casa da Vida.

Esses protestos, no Brasil, moldam as cidades, estabelecem políticas, tensionam corpos em movimentos, marchas, marcando os passos das transformações dos caminhos e dos destinos. No país das desigualdades extremas, mas também sendo um exemplo para o mundo no combate ao racismo e na luta antirracista a partir de legislações que emergem do movimento negro educador, como nos ensina Nilma Lino Gomes (2017).

De tantos sangues derramados nas revoluções quilombolas, é a primeira vez na história do censo estatístico brasileiro, que os quilombos e a população quilombola são contados, nos diz o pesquisador Reinaldo José Oliveira na pesquisa territórios quilombolas em cidades negras no Brasil: primeiras observações censitárias para as políticas públicas em artigo do dossiê. Nesta abordagem antropológica, histórica, geográfica e sociológica dos quilombos e quilombolas emergem as cidades negras no Brasil, nos diz o pesquisador sobre cidades.

O quilombo, o quilombismo, a rebeldia, o questionamento, parece ser a marca e união de todos os textos trazidos no dossiê que se apresenta.

Em todas as pesquisas descritas, este apontamento nos congrega no dossiê como um todo em uma única pergunta em diferentes eixos: Venceremos com a revolução quilombola? O estado brasileiro efetivará as políticas públicas que calarão o clamor das revoltas com o apaziguamento da equidade das ações afirmativas e a vivência da ancestralidade encarnada e aceita nos modos de vida e tecnologias do sistema mundo contemporâneo da humanidade? Civilização humana?

As revoluções dos quilombos emanam muito mais que objetivos sustentáveis.

Como observamos nas pesquisas de todos os autores de campos interdisciplinares e distintos, como a geografia, educação, engenharias

(agronomia), saúde e psicologia, há um grito que não se cala e não se exerce como subalternidade.

A voz dos quilombos se eleva neste dossiê para analisar quadros políticos, legislativos, pragmáticos no campo do bem estar da vida e da saúde. Faz contornos filosóficos reflexivos para propor adventos epistêmicos mais condizentes com o território Brasil.

Esta é a marca que o dossiê em sua integridade parece convergir e edificar. Esperamos que as cidades, a saúde e a tecnologia agroecológica em territórios afro-indígenas superem os desafios para este século XXI. Superamos o século passado, no qual o projeto da política do embranquecimento caiu por terra. Nas cidades brasileiras constatamos estatisticamente: somos pretos, somos pardos, indígenas e brancos pobres. Majoritários. Não fomos exterminados. A pobreza se avolumou.

O genocídio é crescente. Mas não vitorioso. Estamos vivos. Altivos. Falantes. Pensantes. Aliados brancos compõem a luta antirracista. A academia, hegemonicamente branca, produz este dossiê com pensamentos amalgamados e de tez escura.

Venceremos como vencemos o pensamento estreito do ocidente nos séculos XIX e XX, bem como em todos os séculos contabilizados pelas ações cruéis dos europeus e norte-americanos contra as populações indígenas, negras, quilombolas, pobres e não brancas.

Venceremos, como no século XX, muitos dos desafios do século XXI.

A marcha continua. A consciência persevera. Ciente das mazelas, das dores, das tristezas e das lutas sangrentas onde tantos corpos e desânimos são expostos – e às vezes, muitas vezes, tombados, perdidos.

Não desistiremos. Apesar da morte.

Os textos do dossiê aqui trazidos são corpos cidades que falam das flores que murcham – sangram - e que nascem a todo instante. Mesmo frágeis, elas exalam bons odores, animam as almas. Enfeitam os túmulos.

Elas murcham, deixam sementes no solo. Assim, elas nunca morrem.

## Referências

CARRIL, Lourdes. **Territorialidades afro-indígenas e lutas pelo reconhecimento**. São Paulo, Editora Alameda, 2022.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2023 (no prelo).

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Editora Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo**: a luta por cidadania no século XX. São Paulo, Editora Alameda, 2019.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Anemia falciforme e o surgimento do SUS: frente de resistência e pioneirismo de Berenice Kikuchi. *In*: RIBEIRO, Djamila; ALMEIDA, Lizandra Magon; ROCHA, Maurício (orgs.). **Uma nova História, feita de histórias**: personalidades negras invisibilizadas da História do Brasil. São Paulo, Editora Jandaíra, 2021.